

**SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

**SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Conteúdo:

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	3
✓ Apresentação.....	4
✓ Metodologia de Trabalho	6
✓ Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Findas em 31 de dezembro de 2023.....	9
✓ Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.....	13

**SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

- (a) Com vistas à execução dos trabalhos de auditoria independente voltada ao exame das demonstrações contábeis do **Serviço Social da Indústria – SESI – DR/AL**, levantadas em **31 de dezembro de 2023**, realizamos nossos trabalhos no período de 29 de janeiro a 15 de fevereiro de 2024.
- (b) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral numa base seletiva e por amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

✓ **Apresentação**

APRESENTAÇÃO

Firma de Auditoria

Nome empresarial: **CONVICTA Auditores Independentes S/S**

Endereço: Rua Dom Vital, 115, salas 11 a 15, Farol, Cep: 57.051-200, Maceió/AL - Fone: +55 (82) 3023-0179

Inscrições: CNPJ nº 03.061.922/0001-05
CRC/AL nº 196 | CVM nº 7.706 | CNAI-PJ nº 62
CVM/SUSEP/BACEN/OCB/IBRACON/ICBR/IIA Brasil/MP-AL

Responsável Técnico: Carlos Henrique do Nascimento
Contador - CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594

Entidade Auditada

Nome empresarial: **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS**

Endereço: Avenida Fernandes Lima, nº 385, 3º Andar - Bairro Farol, Cep: 57.055-000, Maceió/AL

Inscrição: CNPJ nº 03.798.336/0001-30

Diretor Regional: José Carlos Lyra de Andrade

Contadora: Ana Rosa Torres
CRC-AL nº 007134/0-8

✓ Metodologia de Trabalho

METODOLOGIA DE TRABALHO

Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicáveis à auditoria, instituídas pelas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em consonância com a legislação vigente, envolvendo a análise das operações, realizadas juntamente com seus respectivos registros contábeis, através da documentação probante e outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias, em grau e profundidade suficiente à emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis findas em **31 de dezembro de 2023**, do **Serviço Social da Indústria – SESI – DR/AL**.

Utilizamos os procedimentos representativos da técnica de seleção de amostragens indicada para esse tipo de trabalho, inclusive efetuando a análise de controles internos básicos existentes na entidade, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

Nosso trabalho foi desenvolvido obedecendo uma linha de ação sequenciada, tendo como objetivo precípuo a constatação do atendimento das finalidades, conforme exposto a seguir:

- a) Planejamento dos trabalhos de auditoria;
- b) Contatos com os responsáveis pelas áreas: contábil, administrativa e financeira, envolvidos com a movimentação dos recursos, registros contábeis e outros documentos, para um melhor entendimento das operações realizadas;
- c) Avaliação e mensuração dos sistemas de controles internos utilizados, visando a constatação de sua segurança;
- d) Leitura das atas das reuniões dos conselhos, quando existentes, e indagação sobre assuntos tratados nas reuniões, para os quais as atas não estão disponíveis, que possam afetar as informações;
- e) Consideração do efeito, se houver, de assuntos que dão origem a uma modificação do relatório de auditoria ou de revisão, ajustes contábeis ou distorções não ajustadas, na época da auditoria ou das revisões anteriores; e
- f) Indagação aos membros da administração responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e outros, conforme apropriado, sobre:
 - se houve alguma alteração nas práticas contábeis;
 - se as informações contêm alguma distorção conhecida não ajustada;
 - premissas significativas que são relevantes para a mensuração ou divulgação do valor justo e a intenção;
 - mudanças significativas nos compromissos e obrigações contratuais;
 - mudanças significativas nos passivos contingentes, incluindo litígios ou reclamações;

- transações significativas que ocorreram nos últimos dias do exercício ou nos primeiros dias do exercício seguinte;
- conhecimento de alguma fraude ou suspeita de fraude que afeta a entidade, envolvendo:
 - a administração;
 - os empregados que tenham papéis significativos no controle interno; ou
 - outros nos quais a fraude poderia ter efeito relevante nas informações;
- conhecimento de quaisquer alegações ou suspeitas de fraude que afetam as informações da entidade comunicada pelos empregados, ex-empregados, analistas, reguladores, entre outros;
- conhecimento de qualquer não cumprimento, real ou possível, de leis ou regulamentos que poderia ter efeito relevante nas informações;
- aplicação de procedimentos analíticos nas informações que visam identificar relações e itens individuais que parecem ser não usuais e que podem refletir uma distorção relevante nas informações; e
- leitura das informações, considerando se o auditor tomou conhecimento de algum fato que o leve a acreditar que as informações não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

**✓ Relatório dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Contábeis findas em 31 de
dezembro de 2023**



PELO FUTURO DO TRABALHO

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos
Conselheiros(as) e Diretores(as) do
SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS
Maceió – Alagoas

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis do **Serviço Social da Indústria – SESI – Departamento Regional de Alagoas (“entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, balanço financeiro, balanço orçamentário, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das variações patrimoniais, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Serviço Social da Indústria – SESI – Departamento Regional de Alagoas** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

(I) Em 31 de dezembro de 2023, as cartas de circularizações dos advogados externos (R\$ 13.403 mil), nota explicativa nº 16, do **SESI – DR/AL**, não foram respondidas a esta firma de auditoria, representando, assim, limitação de escopo de nossos trabalhos.

Ênfase

Reconhecimento das receitas

Conforme notas explicativas nºs 3.13 e 3.21, as receitas e despesas são reconhecidas com base no regime de competência, exceto as receitas de contribuição direta, que são reconhecidas pelo regime de caixa, conforme procedimentos padronizados do plano de contas e o manual contábil do sistema indústria, fato esse, que distorce o resultado contábil. Nossa conclusão sobre as informações contábeis não contém modificação relacionada a este assunto.

Guerra de Israel vs. Hamas

Chamamos a atenção para o fato da eclosão do conflito entre Israel e o Hamas, em meados de outubro de 2023, e que pode reverberar na economia global, principalmente,

Página | 10

devido a possibilidade de envolvimento de outros países, podendo levar ao recuo do crescimento do PIB mundial, com o agravante de que a economia global se encontra em um momento de recuperação decorrente dos efeitos do conflito decorrente da invasão da Rússia à Ucrânia. Nossa opinião não apresenta ressalva associada a este assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Entidade, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 23 de fevereiro de 2023, sem modificação de opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro, sendo consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar

os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió/AL, 20 de fevereiro de 2024.

CONVICTA
Audidores Independentes S/S
CRC/AL nº 196 | CVM nº 7.706 | CNAI PJ nº 62

Carlos Henrique do Nascimento
Contador
CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594



PELO FUTURO DO TRABALHO

✓ Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas



PELO FUTURO DO TRABALHO

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS - SESI DR/AL

CNPJ nº 03.798.336/0001-30

Balanco Patrimonial

Findos em 31 dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, com centavos)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		70.970.759,65	37.938.994,35	Circulante		18.615.240,80	19.739.341,14
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	48.746.945,10	28.171.638,99	Contas a Pagar		20.973,64	36.529,58
Créditos a Receber		22.186.603,05	9.744.516,37	Fornecedores	11	5.402.659,51	3.106.119,45
Clientes	5	15.932.859,42	11.264.481,49	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher		519.244,88	292.920,32
(-) Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	5	(4.850.300,55)	(4.256.579,26)	Salários e Encargos a Pagar	12	2.423.357,40	2.022.931,10
Adiantamentos a Empregados	6	611.753,33	616.411,79	Provisões	13	2.975.341,82	2.741.067,25
Adiantamentos Concedidos		426.453,96	100.686,38	Sistema Indústria - Conta Movimento		149.436,06	57.734,51
Departamento Conta Movimento	7	10.001.573,66	1.989.127,56	Contas Correntes Passivas	14	1.109.773,64	917.169,17
Sistema Indústria - Conta Movimento		64.263,23	30.388,41	Demais Obrigações a Curto Prazo	15	6.014.453,85	10.564.869,76
Despesas Antecipadas		37.211,50	22.838,99				
Não Circulante		77.635.709,02	87.716.884,93	Não circulante		14.133.838,86	13.168.525,92
Realizável a Longo Prazo		12.315.592,47	40.626.425,86	Provisões Judiciais	16	14.133.838,86	13.168.525,92
Depósitos para Recursos Judiciais	8	12.315.592,47	40.626.425,86				
Imobilizado	9	65.316.116,55	47.086.459,07	Patrimônio Líquido	17	115.857.389,01	92.748.012,22
Bens Imóveis		53.297.755,28	43.048.399,27	Patrimônio Social		92.748.012,22	61.559.855,18
Bens Móveis		41.668.525,09	31.647.037,00	Resultado do Exercício		23.109.376,79	31.188.157,04
(-) Depreciação Acumulada		(29.650.163,82)	(27.608.977,20)				
Intangível		4.000,00	4.000,00				
Direitos de Uso de Linhas Telefônicas		4.000,00	4.000,00				
Total do Ativo		148.606.468,67	125.655.879,28	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		148.606.468,67	125.655.879,28
Ativo Compensado	10	73.775.000,00	17.100.000,00	Passivo Compensado	10	73.775.000,00	17.100.000,00
Serviços Contratados		73.775.000,00	17.100.000,00	Serviços Contratados		73.775.000,00	17.100.000,00

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



PELO FUTURO DO TRABALHO

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS - SESI DR/AL
CNPJ nº 03.798.336/0001-30

Balço Orçamentário
Fundo em 31 de dezembro de 2023
(Em reais, com centavos)

	Notas	Receitas Orçamentárias		
		Orçamento Inicial	Arrecadada	Varição
Receitas Correntes	18.a	75.805.592,55	115.717.689,68	(39.912.097,13)
Receitas de Contribuições		16.057.491,00	21.845.839,96	(5.788.348,96)
Receitas Financeiras		4.104.386,00	8.309.586,95	(4.205.200,95)
Receitas Imobiliárias		504.386,00	566.599,46	(62.213,46)
Receitas de Valores Mobiliários		3.600.000,00	7.742.987,49	(4.142.987,49)
Receitas de Serviços		34.668.332,26	37.433.791,55	(2.765.459,29)
Serviços e Vendas Comerciais		2.497.777,73	2.064.439,42	433.338,31
Serviços de Consultoria e Assistência Técnica		733.408,33	1.846.619,36	(1.113.211,03)
Serviços Administrativos		8.000,00	17.570,00	(9.570,00)
Serviços de Saúde		11.517.906,04	12.631.301,69	(1.113.395,65)
Serviços Educacionais		19.398.240,17	20.091.432,75	(693.192,58)
Serviços de Lazer		512.999,99	782.428,33	(269.428,34)
Outras Receitas Correntes		220.210,00	820.736,62	(600.526,62)
Recuperação de Despesas		36.960,00	216.552,04	(179.592,04)
Multas e Juros de Mora		180.770,00	412.664,09	(231.894,09)
Descontos Obtidos		2.480,00	191.520,49	(189.040,49)
Transferências Correntes		20.755.173,29	47.307.734,60	(26.552.561,31)
Subvenções Ordinárias		6.557.363,00	7.172.911,16	(615.548,16)
Subvenções Especiais		3.852.887,00	4.470.527,53	(617.640,53)
Apoios Financeiros à Projetos Estratégicos		5.251.344,90	30.548.730,71	(25.297.385,81)
Apoios Financeiros à Incentivos a Produção		5.093.578,39	5.115.565,20	(21.986,81)
Receitas de Capital	18.a	1.926.443,00	2.321.967,83	(395.524,83)
Transferências de Capital		1.926.443,00	2.321.967,83	(395.524,83)
Subvenções Extraordinárias		1.926.443,00	2.321.967,83	(395.524,83)
TOTAL	18.a	77.732.035,55	118.039.657,51	(40.307.621,96)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



PELO FUTURO DO TRABALHO

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS - SESI DR/AL
CNPJ nº 03.798.336/0001-30
Balço Orçamentário
Fimdo em 31 de dezembro de 2023
(Em reais, com centavos)

		Despesas Orçamentárias		
		Autorização		
		Inicial	Realizada	Variação
Despesas Correntes	18.b	71.244.054,75	87.776.968,54	(16.532.913,79)
Pessoal e Encargos Sociais		42.497.149,81	43.883.406,80	(1.386.256,99)
Ordenados e Salários		24.817.270,34	24.253.690,53	563.579,81
Encargos Trabalhistas		7.703.859,44	8.167.654,11	(463.794,67)
Encargos Assistenciais		9.056.986,07	10.559.739,80	(1.502.753,73)
Bolsas e Estágios		919.033,96	902.322,36	16.711,60
Transferências a Instituições Privadas		2.646.601,77	4.114.623,52	(1.468.021,75)
Contribuição CNI/Federações		1.124.024,37	1.451.490,45	(327.466,08)
Contribuição IEL Núcleos Regionais		1.108.677,38	1.642.139,00	(533.461,62)
Convênios Entidades Públicas		53.900,02	567.871,08	(513.971,06)
Contribuição Associativa e Filiação		360.000,00	359.982,99	17,01
Auxílios a Terceiros		-	93.140,00	(93.140,00)
Outras Despesas Correntes (Aplicação Direta)		26.100.303,17	39.778.938,22	(13.678.635,05)
Ocupações e utilidades		3.179.380,30	2.872.003,49	307.376,81
Materiais		4.633.323,90	4.478.046,86	155.277,04
Transportes e Viagens		253.417,24	2.753.228,15	(2.499.810,91)
Material de Distribuição Gratuita		136.529,29	145.096,97	(8.567,68)
Serviços de Terceiros		13.898.521,63	24.190.117,53	(10.291.595,90)
Despesas Financeiras		2.646.265,56	3.459.180,58	(812.915,02)
Impostos Taxas e Contribuições		396.418,49	486.550,16	(90.131,67)
Despesas Diversas		956.446,76	1.394.714,48	(438.267,72)
Despesas de Capital	18.b	6.487.980,80	25.389.677,21	(18.901.696,41)
Investimentos		6.486.060,80	25.386.857,79	(18.900.796,99)
Bens Imóveis		2.379.252,43	13.136.503,07	(10.757.250,64)
Bens Móveis		4.106.808,37	12.250.354,72	(8.143.546,35)
Inversões Financeiras		1.920,00	2.819,42	(899,42)
Soma		77.732.035,55	113.166.645,75	(35.434.610,20)
Superávit			4.873.011,76	(4.873.011,76)
TOTAL	18.b	77.732.035,55	118.039.657,51	(40.307.621,96)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



PELO FUTURO DO TRABALHO

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS - SESI DR/AL
CNPJ nº 03.798.336/0001-30
Balancos Financeiros

Findas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, com centavos)

	Notas	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Variações</u>
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
Receitas Correntes		68.409.955,08	78.379.804,46	(9.969.849,38)
Receitas de Contribuições		21.845.839,96	16.831.966,77	5.013.873,19
Receitas Financeiras		8.309.586,95	3.952.622,65	4.356.964,30
Receitas de Serviços		37.433.791,55	28.914.530,23	8.519.261,32
Outras Receitas Correntes		820.736,62	28.680.684,81	(27.859.948,19)
Transferências Correntes		47.307.734,60	29.576.167,16	17.731.567,44
Subvenções ou Auxílios Regulamentares/Reg.		11.643.438,69	10.135.426,95	1.508.011,74
Apoios Financeiros		35.664.295,91	19.440.740,21	16.223.555,70
Total de Receitas Correntes	18.a	115.717.689,68	107.955.971,62	7.761.718,06
Receitas de Capital		-	119.102,50	(119.102,50)
Alienação de Bens		-	119.102,50	(119.102,50)
Transferências de Capital		2.321.967,83	1.363.544,60	958.423,23
Subvenções Extraordinárias		2.321.967,83	1.363.544,60	958.423,23
Total de Receitas de Capital	18.a	2.321.967,83	1.482.647,10	839.320,73
TOTAL DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	18.a	118.039.657,51	109.438.618,72	8.601.038,79
RECEITAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS				
Ativo Circulante				
Diminuição no Exercício		-	822.687,51	(822.687,51)
Ativo não Circulante				
Diminuição no Exercício		28.310.833,39	-	28.310.833,39
Passivo Circulante				
Aumento no Exercício		-	9.573.657,72	(9.573.657,72)
Passivo não Circulante				
Aumento no Exercício		965.312,94	427.410,04	537.902,90
Variações Patrimoniais Ativas				
Variações Financeiras		7.142.605,22	7.809.402,92	(666.797,70)
TOTAL DE RECEITAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS		36.418.751,55	18.633.158,19	17.785.593,36
DISPONIBILIDADE INICIAL				
Disponível	4	28.171.638,99	39.110.208,17	(10.938.569,18)
Caixa		23.214,34	8.164,26	15.050,08
Bancos Conta Movimento		338.944,64	1.239.809,47	(900.864,83)
Aplicações Financeiras		27.809.480,01	37.862.234,44	(10.052.754,43)
TOTAL DE DISPONIBILIDADE INICIAL		28.171.638,99	39.110.208,17	(10.938.569,18)
TOTAL		182.630.048,05	167.181.985,08	15.448.062,97

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS - SESI DR/AL

CNPJ nº 03.798.336/0001-30

Balanços Financeiros

Findas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, com centavos)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Variações
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
Despesas Correntes		83.662.345,02	63.004.135,31	20.658.209,71
Pessoal e Encargos Sociais		43.883.406,80	36.522.744,38	7.360.662,42
Ocupação e Utilidades		2.872.003,49	3.085.244,82	(213.241,33)
Material de Consumo		4.478.046,86	3.631.012,60	847.034,26
Transporte e Viagens		2.753.228,15	1.022.636,77	1.730.591,38
Material de Distribuição Gratuita		145.096,97	103.152,09	41.944,88
Serviços de Terceiros		24.190.117,53	15.402.607,10	8.787.510,43
Despesas Financeiras		3.459.180,58	2.347.046,82	1.112.133,76
Impostos, Taxas e Contribuições		486.550,16	356.583,06	129.967,10
Despesas Diversas		1.394.714,48	533.107,67	861.606,81
Transferências Correntes		4.114.623,52	3.078.268,22	1.036.355,30
Contribuições Regulamentares		3.093.629,45	2.316.427,02	777.202,43
Convênios		567.871,08	430.324,61	137.546,47
Auxílios a Terceiros		93.140,00	4.625,62	88.514,38
Contribuição Associativa e Filiação		359.982,99	326.890,97	33.092,02
Total de Despesas Correntes	18.b	87.776.968,54	66.082.403,53	21.694.565,01
Despesas de Capital		25.389.677,21	24.197.125,29	1.192.551,92
Investimentos		25.386.857,79	24.195.352,10	1.191.505,69
Inversões Financeiras		2.819,42	1.773,19	1.046,23
Total de Despesas de Capital	18.b	25.389.677,21	24.197.125,29	1.192.551,92
TOTAL DE DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	18.b	113.166.645,75	90.279.528,82	22.887.116,93
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS				
Ativo Circulante				
Aumento no Exercício		12.456.459,19	4.258,54	12.452.200,65
Ativo Não Circulante				
Aumento no Exercício		-	40.120.881,76	(40.120.881,76)
Passivo Circulante				
Redução no Exercício		1.124.100,34	-	1.124.100,34
Variações Patrimoniais Passivas				
Variações Financeiras		7.135.897,67	8.605.676,97	(1.469.779,30)
TOTAL DE DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS		20.716.457,20	48.730.817,27	(28.014.360,07)
DISPONIBILIDADE FINAL				
Disponível	4	48.746.945,10	28.171.638,99	20.575.306,11
Caixa		12.873,78	23.214,34	(10.340,56)
Bancos Conta Movimento		103.412,43	338.944,64	(235.532,21)
Aplicações Financeiras		48.630.658,89	27.809.480,01	20.821.178,88
TOTAL DE DISPONIBILIDADE FINAL		48.746.945,10	28.171.638,99	20.575.306,11
TOTAL		182.630.048,05	167.181.985,08	15.448.062,97

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS - SESI DR/AL
CNPJ nº 03.798.336/0001-30

Demonstrações das Variações Patrimoniais
Findas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, com centavos)

		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Variações</u>
DEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
ORÇAMENTÁRIAS				
Receitas				
Receitas Correntes		68.409.955,08	78.379.804,46	(9.969.849,38)
Receitas de Contribuições		21.845.839,96	16.831.966,77	5.013.873,19
Receitas Financeiras		8.309.586,95	3.952.622,65	4.356.964,30
Receitas de Serviços		37.433.791,55	28.914.530,23	8.519.261,32
Outras Receitas Correntes		820.736,62	28.680.684,81	(27.859.948,19)
Transferências Correntes		47.307.734,60	29.576.167,16	17.731.567,44
Subvenções Regulamentares		11.643.438,69	10.135.426,95	1.508.011,74
Apoios Financeiros		35.664.295,91	19.440.740,21	16.223.555,70
Total de Receitas Correntes	18.a	115.717.689,68	107.955.971,62	7.761.718,06
Receitas de Capital		-	119.102,50	(119.102,50)
Alienação de Bens		-	119.102,50	(119.102,50)
Transferências de Capital		2.321.967,83	1.363.544,60	958.423,23
Subvenções Extraordinárias		2.321.967,83	1.363.544,60	958.423,23
Total de Receitas de Capital	18.a	2.321.967,83	1.482.647,10	839.320,73
TOTAL DE ORÇAMENTÁRIAS		118.039.657,51	109.438.618,72	8.601.038,79
EXTRAORÇAMENTÁRIAS				
Variações Patrimoniais e Financeiras				
Variações Patrimoniais				
Resultantes da Execução Orçamentária		25.206.605,59	23.056.912,26	2.149.693,33
Aquisição de bens imóveis		2.640.000,00	-	2.640.000,00
Aquisição de bens móveis		14.957.249,58	3.442.663,90	11.514.585,68
Benfeitorias em imóveis de terceiros		5.397.396,01	19.614.248,36	(14.216.852,35)
Construções em andamento		2.211.960,00	-	2.211.960,00
Independentes da Execução Orçamentária		524.142,49	4.021.013,58	(3.496.871,09)
Baixa de depreciação de bens imóveis		-	3.896.693,11	(3.896.693,11)
Baixa de depreciação de bens móveis		524.142,49	124.320,47	399.822,02
Variações Financeiras				
Inscrições - Ativo		490.036,16	405.748,68	84.287,48
Créditos a Receber		490.036,16	405.748,68	84.287,48
Cancelamentos - Passivo		6.652.569,06	7.403.654,24	(751.085,18)
Obrigações a pagar		6.652.569,06	7.403.654,24	(751.085,18)
Total de Extraorçamentárias		32.873.353,30	34.887.328,76	(2.013.975,46)
Total das Variações Ativas		150.913.010,81	144.325.947,48	6.587.063,33

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS - SESI DR/AL
CNPJ nº 03.798.336/0001-30

Demonstrações das Variações Patrimoniais
Findas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, com centavos)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Variações
DEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
ORÇAMENTÁRIAS				
Despesas				
Despesas Correntes				
Aplicações Diretas				
		83.662.345,02	63.004.135,31	20.658.209,71
Pessoal e Encargos Sociais		43.883.406,80	36.522.744,38	7.360.662,42
Ocupação e Utilidades		2.872.003,49	3.085.244,82	(213.241,33)
Material de Consumo		4.478.046,86	3.631.012,60	847.034,26
Transporte e Viagens		2.753.228,15	1.022.636,77	1.730.591,38
Material de Distribuição Gratuita		145.096,97	103.152,09	41.944,88
Serviços de Terceiros		24.190.117,53	15.402.607,10	8.787.510,43
Despesas Financeiras		3.459.180,58	2.347.046,82	1.112.133,76
Impostos, Taxas e Contribuições		486.550,16	356.583,06	129.967,10
Despesas Diversas		1.394.714,48	533.107,67	861.606,81
Transferências Correntes		4.114.623,52	3.078.268,22	1.036.355,30
Contrib./Transf. Regimentares		3.093.629,45	2.316.427,02	777.202,43
Convênios		567.871,08	430.324,61	137.546,47
Auxílio a Terceiros		93.140,00	4.625,62	88.514,38
Contrib. Associativa e Filial		359.982,99	326.890,97	33.092,02
Total de Despesas Correntes	18.b	87.776.968,54	66.082.403,53	21.694.565,01
Despesas de Capital				
Investimentos		25.389.677,21	24.197.125,29	1.192.551,92
Inversões Financeiras		25.386.857,79	24.195.352,10	1.191.505,69
		2.819,42	1.773,19	1.046,23
Total de Despesas de Capital	18.b	25.389.677,21	24.197.125,29	1.192.551,92
TOTAL DE ORÇAMENTÁRIAS		113.166.645,75	90.279.528,82	22.887.116,93
EXTRAORÇAMENTÁRIAS				
Variações Patrimoniais Financeiras				
Variações Patrimoniais				
Independentes da Execução Orçamentária				
Baixa de bens móveis		7.501.090,60	14.252.584,65	(6.751.494,05)
Inscrição de depreciação de bens imóveis		528.456,95	124.320,47	404.136,48
Inscrição de depreciação de bens móveis		308.268,20	486.233,85	(177.965,65)
		3.956.988,45	2.486.924,61	1.470.063,84
Variações Financeiras				
Cancelamentos - Ativo				
Créditos a Receber		115.640,53	47.874,32	67.766,21
		115.640,53	47.874,32	67.766,21
Inscrições - Passivo				
Obrigações a pagar		7.020.257,14	8.557.802,65	(1.537.545,51)
		7.020.257,14	8.557.802,65	(1.537.545,51)
Total de Extraorçamentárias		14.636.988,27	22.858.261,62	(8.221.273,35)
Total das Variações Passivas		127.803.634,02	113.137.790,44	14.665.843,58
Resultado do Exercício		23.109.376,79	31.188.157,04	(8.078.780,25)
Superávit no Exercício	17	23.109.376,79	31.188.157,04	(8.078.780,25)
Total das Variações Passivas		150.913.010,81	144.325.947,48	6.587.063,33

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



PELO FUTURO DO TRABALHO

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS - SESI DR/AL
CNPJ nº 03.798.336/0001-30

Demonstrações de Resultado do Exercício
Findas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, com centavos)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
TOTAL DE RECEITAS		109.692.485,44	105.840.705,06
RECEITAS CORRENTES	18.a	107.370.517,61	104.358.057,96
Receitas de Contribuições		21.845.839,96	16.831.966,77
Receitas de Serviços		37.433.791,55	28.914.530,23
Outras Receitas Correntes		783.151,50	29.035.393,80
Transferências Correntes		47.307.734,60	29.576.167,16
RECEITAS DE CAPITAL	18.a	2.321.967,83	1.482.647,10
Alienação de Bens		-	119.102,50
Subvenções e Auxílios		2.321.967,83	1.363.544,60
TOTAL DE DESPESAS		(109.707.465,17)	(87.932.482,00)
(-) DESPESAS CORRENTES	18.b	(84.317.787,96)	(63.735.356,71)
(-) Pessoal e Encargos Sociais		(43.883.406,80)	(36.522.744,38)
(-) Ocupações e Utilidades		(2.872.003,49)	(3.085.244,82)
(-) Materiais		(4.478.046,86)	(3.631.012,60)
(-) Transportes e Viagens		(2.753.228,15)	(1.022.636,77)
(-) Material de Distribuição Gratuita		(145.096,97)	(103.152,09)
(-) Serviços de Terceiros		(24.190.117,53)	(15.402.607,10)
(-) Impostos, Taxas e Contribuições		(486.550,16)	(356.583,06)
(-) Despesas Diversas		(1.394.714,48)	(533.107,67)
(-) Contrib./Transferências Regulamentares		(3.093.629,45)	(2.316.427,02)
(-) Despesas de Convênios		(567.871,08)	(430.324,61)
(-) Auxílios a Terceiros		(93.140,00)	(4.625,62)
(-) Contribuição Associativa e Filiação		(359.982,99)	(326.890,97)
(-) DESPESAS DE CAPITAL	18.b	(25.389.677,21)	(24.197.125,29)
Investimentos		(25.386.857,79)	(24.195.352,10)
Inversões Financeiras		(2.819,42)	(1.773,19)
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS		(14.979,73)	17.908.223,06
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		4.887.991,49	1.250.866,84
(-) Despesas Financeiras	18.b	(3.459.180,58)	(2.347.046,82)
(+) Receitas Financeiras	18.a	8.347.172,07	3.597.913,66
SUPERÁVIT ANTES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS FINANCEIRAS	19	4.873.011,76	19.159.089,90
Variações Patrimoniais Financeiras Ativas		32.873.353,30	34.887.328,76
(-) Variações Patrimoniais Financeiras Passivas		(14.636.988,27)	(22.858.261,62)
SUPERÁVIT/DÉFICIT NO EXERCÍCIO	19	23.109.376,79	31.188.157,04

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



PELO FUTURO DO TRABALHO

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS - SESI DR/AL
CNPJ nº 03.798.336/0001-30

Demonstrações de Resultado Abrangente

Findas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, com centavos)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Superávit Líquido do Período	<u>23.109.376,79</u>	<u>31.188.157,04</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Período	<u>23.109.376,79</u>	<u>31.188.157,04</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



PELO FUTURO DO TRABALHO

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS - Sesi DR/AL

CNPJ nº 03.798.336/0001-30

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Findas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, com centavos)

		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		23.109.376,79	31.188.157,04
Depreciação e Amortização	9	2.041.186,62	(960.691,96)
Provisões Judiciais		965.312,94	427.410,04
Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa	5	593.721,29	921.760,58
Superávit do exercício ajustado		26.709.597,64	31.576.635,70
Variações nas contas do ativo (aumentos ou diminuições)			
Créditos a Receber		(13.035.807,97)	(99.073,07)
Despesas Antecipadas		(14.372,51)	(4.258,54)
Contingências Judiciais		28.310.833,39	(40.120.881,76)
Total das variações nas contas do ativo		15.260.652,91	(40.224.213,37)
Variações nas contas do passivo (aumentos ou diminuições)			
Contas a Pagar		(15.555,94)	1.378,19
Fornecedores		2.296.540,06	966.240,35
Impostos, Taxas, Contrib. a Recolher		226.324,56	61.868,95
Salários e Encargos a Pagar		400.426,30	584.298,66
Provisões		234.274,57	371.446,22
Sistema Indústria - Conta Movimento		91.701,55	(9.181,81)
Contas Correntes Passivas		192.604,47	140.595,21
Demais Obrigações a Curto Prazo		(4.550.415,91)	7.457.011,95
Total das variações nas contas do passivo		(1.124.100,34)	9.573.657,72
Caixa gerado nas atividades operacionais		40.846.150,21	926.080,05
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Imobilizado	9	(20.270.844,10)	(11.864.649,23)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(20.270.844,10)	(11.864.649,23)
Geração de caixa e equivalentes de caixa no exercício		20.575.306,11	(10.938.569,18)
Varição de caixa e equivalentes de caixa do exercício			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	28.171.638,99	39.110.208,17
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	48.746.945,10	28.171.638,99
Geração de caixa e equivalentes de caixa no exercício		20.575.306,11	(10.938.569,18)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



PELO FUTURO DO TRABALHO

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS - SESI DR/AL
CNPJ nº 03.798.336/0001-30

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Findas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, com centavos)

	Notas	Patrimônio Social	Resultado do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		42.418.933,98	19.140.921,20	61.559.855,18
Transferências		19.140.921,20	(19.140.921,20)	-
Superávit do Exercício		-	31.188.157,04	31.188.157,04
Saldos em 31 de dezembro de 2022		61.559.855,18	31.188.157,04	92.748.012,22
Transferências		31.188.157,04	(31.188.157,04)	-
Superávit do Exercício	17	-	23.109.376,79	23.109.376,79
Saldos em 30 de setembro de 2023	17	92.748.012,22	23.109.376,79	115.857.389,01

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS – SESI – DR/AL**

CNPJ nº 03.798.336/0001-30

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social da Indústria – Sesi é uma entidade de direito privado, gestora de contribuições sociais (nos termos dos artigos 149 e 240 da Constituição Federal), sem finalidade lucrativa, cujo regulamento foi aprovado pelo Decreto Nº 57.375, de 02/12/1965.

A entidade foi constituída com o objetivo de desenvolver e ofertar educação de excelência, voltada para o mundo do trabalho, como também aumentar a produtividade e a competitividade da indústria por meio da promoção da saúde e da segurança do trabalhador ao oferecer programas e soluções de promoção de segurança, saúde e qualidade de vida para as indústrias, por meio de uma rede integrada, que atua em todo o estado alagoano.

O Serviço Social da Indústria – Sesi é composto pelo Departamento Nacional – DN, com jurisdição em todo país e pelos Departamentos Regionais – DR, localizados em cada estado da Federação. O Departamento Regional de Alagoas – Sesi-DR/AL tem a competência para desenvolver as atividades da entidade neste estado.

As principais fontes de receitas da Entidade são as contribuições compulsórias, prevista no Artigo 3º do Decreto – Lei nº 9.403, de 25 de junho 1946, recolhidas mensalmente pelas empresas enquadradas no seguimento industrial. A arrecadação dessas contribuições ocorre de forma direta quando o contribuinte recolhe diretamente ao Departamento Regional ou, de forma indireta, através de guias de recolhimento da Contribuição Previdenciária paga à Receita Federal do Brasil.

Na execução de suas finalidades, no amparo ao trabalhador da indústria, a Entidade visa o cumprimento das seguintes ações:

- a)** Promoção de atividades educativas e culturais, voltadas à educação para saúde, alimentação, recreação, educação de base, convivência social e conscientização sócio política;
- b)** Melhoria das suas condições de habitação, nutrição e higiene;
- c)** Assistência em relação aos seus problemas domésticos decorrentes das dificuldades da vida;
- d)** Providências no sentido de defesa dos seus salários;
- e)** Realização de pesquisas socioeconômicas que contribuam para o desenvolvimento da classe.

1.1 Contribuição compulsória

Considerando a arrecadação da Entidade no ano de 2023, observa-se uma realização de 29,79% quando comparada ao ano anterior. Essa variação positiva em 2023 foi impulsionada pela contribuição indireta conforme evidenciado no quadro abaixo.

ARRECADAÇÃO	2022	2023	VAR %
Arrecadação Direta	7.336.837,00	7.324.832,39	-0,16%
Arrecadação Indireta	9.495.129,77	14.521.007,57	52,93%
TOTAL	16.831.966,77	21.845.839,96	29,79%

1.2 Apoio Financeiro

Os resultados do processo de monitoramento do fomento no ano de 2023 refletem o êxito da atuação conjunta entre técnicos e gestores do SENAI-DR/AL e do Departamento Nacional, em ações convergentes com a estratégia institucional. Foram monitorados na carteira de fomento a execução de 33 projetos nas modalidades: auxílios financeiros, projetos estruturantes, projetos regulamentares e de estímulo à produção.

MODALIDADES	Nº	Prestação de Contas	Valores Repassados	Contrapartida DN
Auxílios Financeiros	21	15.575.248,67	15.939.474,48	36.595.484,47
Projetos Estruturantes	5	6.624.923,58	2.944.163,90	16.120.390,76
Projetos Regulamentares	2	1.877.374,61	1.334.644,86	4.014.080,77
Estímulo à Produção	5	5.115.565,20	4.887.873,64	-
TOTAL	33	29.193.112,06	25.106.156,88	56.729.956,00

1.3 Fornecedores

Não houve cancelamento ou atraso significativo na entrega dos contratos de aquisição de material e prestação de serviço, assim como os serviços contratados não deixaram de ser prestados, não ocasionando nenhum transtorno às operações.

1.4 Receita de contratos com clientes

Os contratos firmados com clientes foram mantidos com entregas no prazo, não havendo descontinuidade dos mesmos.

1.5 Da isenção e imunidade tributária

O SESI-DR/AL é uma entidade autônoma com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, imune, conforme parágrafo 6ª Letra C do artigo 150 da Constituição Federal goza de ampla imunidade fiscal; Decreto Lei 7.690 de 29/06/1945 da Legião Brasileira de Assistência – isenção de todos os impostos federais e municipais.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, em conformidade com o Manual de Padronização Contábil e Plano de Contas do Sistema Indústria, aprovado pelo Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria SESI-DN, conforme Ato Resolutório nº 12/2009, observando as premissas da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda nacional.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

(a) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração utilize estimativas e adote premissas objetivas e subjetivas, para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas.

As principais estimativas são relacionadas com a determinação de provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, taxas de depreciação do ativo imobilizado e provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais.

Os resultados reais das transações envolvendo essas estimativas podem divergir dos valores apresentados. A administração da Entidade revisa essas estimativas periodicamente.

(b) Mudança de estimativa contábil

As políticas e estimativas são anualmente revisitadas e seus efeitos são reconhecidos no exercício em que forem identificadas mudanças bem como em quaisquer exercícios futuros que venham a ser afetados. De modo que as demonstrações contábeis possam representar com fidedignidade a situação patrimonial da entidade, conforme a norma contábil NBC TSP 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Em 2023, foi realizada uma revisão na política interna de inadimplência que passou a adotar para o reconhecimento da provisão de perdas estimativas com créditos de liquidação duvidosa apenas os títulos financeiros vencidos acima de 180 dias. A nova interpretação não teve efeito retroativo em exercícios anteriores.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram apresentadas considerando o custo histórico com base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Apresentação de informações comparativas

O SESI adotou a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis na elaboração dessas demonstrações contábeis, observando ainda as orientações quanto à apresentação das informações comparativas.

A contabilização obedece ao Plano de Contas e a Padronização Contábil, do Sistema Indústria editado pela CNI – Confederação Nacional da Indústria em 2011, atendendo em alguns aspectos operacionais às determinações exaradas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Sistema Indústria – CPC/SI, entre outros.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perda de créditos, provisões técnicas, provisões para passivos contingentes. A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração utilize estimativas e adote premissas objetivas e subjetivas, para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. As principais estimativas são relacionadas a revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado, provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais.

Estimativas e premissas são revisadas anualmente e sempre reconhecidas no exercício em que foram estimadas, e se necessários em exercícios futuros afetados.

Referente ao que foi adotado neste exercício a respeito das informações políticas contábeis e seus efeitos significativos sobre as demonstrações contábeis descrevemos a seguir:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

b) Provisões para riscos tributário, cíveis e trabalhistas

As provisões para causas cíveis, trabalhistas e fiscais são reconhecidas. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais.

c) Depreciação de ativos imobilizados

A depreciação é calculada pelo método linear, as taxas anuais variáveis de 1% a 20% levando em consideração a vida útil estimada dos bens e seu valor residual. Os grupos de Terreno, Benfeitorias em Imóveis de Terceiros e Construções em Andamentos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. (Nota Explicativa nº 9)

2.5. Mudança de Estimativa Contábil

As políticas e estimativas são anualmente revisitadas e seus efeitos são reconhecidos no exercício em que forem identificadas mudanças bem como em quaisquer exercícios futuros que venham a ser afetados.

Taxa de depreciação anual e Valores residuais: Em 2022 foram revisados os valores sendo que os valores residuais e taxas foram mantidos conforme Laudo de Avaliação de

uma empresa contratada pela Entidade em conjunto com a Coordenadoria de Patrimônio e Logística.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os principais procedimentos contábeis adotados para a elaboração das demonstrações contábeis estão definidos abaixo. Os procedimentos foram aplicados de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, a menos quando divulgado de forma diversa.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa é representado por caixa, contas bancárias, numerários em espécie e aplicações financeiras de liquidez imediata, ou seja, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

3.2. Créditos a receber de clientes

Estão apresentados pelo valor de realização e decorrem de serviços prestados, prioritariamente na área de educação, saúde e segurança no trabalho

3.3. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

É constituída provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, fundamentada no CPC/SI, com base em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas na realização dos valores a receber.

No qual determina a constituição de provisão os títulos financeiros vencidos a mais de 180 dias. Para os títulos com vencimento inferior a 180 dias, a provisão, quando necessária, é constituída com base em dados históricos de cada cliente.

Destacamos também que é realizada a baixa dos títulos vencidos a mais de 05 anos, reconhecendo assim como títulos não recebíveis.

3.4. Adiantamentos

Representa os valores adiantados a empregados que serão descontados em folha de pagamento, como também os valores adiantados a fornecedores e terceiros para fornecimento de materiais e serviços específicos.

3.5. Departamento conta movimento

Referem-se a despesas de competência do Departamento Nacional e/ou dos Departamentos Regionais correspondente a recursos pagos em sua totalidade pela Entidade, tornando-se direitos a receber, bem como obrigações a pagar referente a recursos pagos por outros Departamentos Regionais.

3.6. Sistema Indústria – Conta Movimento

Referem-se a direitos e obrigações relativos a operações compartilhadas pela Entidade entre as demais entidades do Sistema Indústria.

3.7. Convênios e acordos

Referem-se a direitos e obrigações relativos a convênios e acordos firmados com Entidades de direito público ou privado, para realização de objetivos de interesse comum, cujos recursos serão utilizados na execução de projetos. Os ativos são reconhecidos pelo regime de competência, na medida em que os recursos são recebidos e/ou projetos executados. Os passivos são reconhecidos, na medida em que os recursos são recebidos pela Entidade, e realizados na medida em que os projetos são executados.

Os recursos recebidos e aplicados relativos a convênios executados pela Entidade não transitam pelas contas de receitas e despesas do exercício. Os saldos a executar dos convênios estão apresentados na conta de “Convênios e Acordos - Passivo Circulante” e a disponibilidade existente na conta “Bancos Conta Convênios e Acordos - Ativo Circulante”

3.8. Contas correntes ativas e passivas

Correspondem aos valores ativos ou passivos, decorrentes das transações realizadas com os Departamentos Regionais, os Centros de Atividades e direitos/obrigações junto a terceiros ou colaboradores.

3.9. Estoque

As compras de materiais e produtos não são registradas em Estoque, pois são adquiridos para consumo imediato, dentro do próprio mês de competência.

3.10. Despesas antecipadas

Referem-se a valores pagos pela contratação com seguros, licenciamentos, assinatura de revistas e periódicos e taxas que serão apropriadas mensalmente ao resultado, de acordo com o regime de competência observando o período de vigência do contrato.

3.11. Depósitos para recursos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados pelo valor original acrescidos da atualização monetária, corrigidos pelo mesmo índice da poupança. Os passivos estão demonstrados na Nota Explicativa nº 8.

3.12. Imobilizado

Demonstrados pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzidos da correspondente depreciação acumulada ou pela perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

a) Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido a depreciação acumulada, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo.

b) Mensuração após o reconhecimento

A administração, a partir da adoção às NBC TSP, em especial a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, adota o Modelo de Custo para a mensuração após o reconhecimento.

c) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que os benefícios econômicos, associados com os gastos, serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

d) Depreciação de ativos tangíveis

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de bens. Os grupos de Terrenos e Discoteca, Fono, Filmot, Pinacoteca não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

e) Redução a valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Entidade revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros, para determinar se há indicação de que tais ativos apresentam indicadores de perdas ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado, com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo for menor que o seu valor contábil, o valor do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, quando aplicável.

3.13. Apuração do superávit

As doações e contribuições espontâneas e sem destinação específica para programas e projetos, são reconhecidas na grande maioria como receitas quando recebidas. A totalidade das despesas é reconhecida pelo regime de competência.

3.14. Patrimônio Social

Representado pelo Patrimônio Social inicial, incluso o déficit e/ou superávit apurado anualmente.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita onde, exista a probabilidade de uma saída de recursos, desde que o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação.

Os Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. A liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor divergente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes.

3.16. Instrumentos Financeiros

3.16.1. Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração: ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos imediatamente no

resultado. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receitas a receber - arrecadação, Departamento Nacional - conta movimento e convênios e acordos.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros: a Entidade avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

3.16.2. Passivos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração: passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, Departamento Nacional conta movimento, Sistema Indústria - conta movimento e convênios e acordos.

Mensuração subsequente: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado, no momento da baixa dos passivos, bem como, durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.17. Ativo e passivo circulante

O Ativo Circulante e o Passivo Circulante estão apresentados em prazo inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, como circulante.

3.18. Ativo não circulante e patrimônio líquido

Estão demonstrados conforme determina a Lei n.º 9.249 de 27/12/95, no artigo 4.º, Parágrafo Único - vedada a correção monetária sobre os valores de custo de aquisição, integralização e de transferências.

3.19. Regime de apuração do resultado

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas seguindo as práticas contábeis aplicadas no Brasil, e excepcionalmente alguns procedimentos foram padronizados ao plano de contas e manual contábil do sistema indústria editado pela CNI – Confederação Nacional da Indústria, sendo aceito regime misto, para as seguintes operações:

Regime de competência – para registro da despesa, da receita de serviços quando da emissão da Relação dos Serviços Prestados pelo SESI para as empresas e da contribuição Indireta e Auxílios Mínimos e Especiais.

Regime de caixa – quando do recebimento da Contribuição Direta.

3.20. Provisões para riscos contingenciais

As provisões para riscos de perdas em causas cíveis, trabalhistas e fiscais, são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida), resultante de eventos

passados, em que seja possível estimar valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Na avaliação das causas para efeito de risco de perda provável, consideram-se as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como o julgamento dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas mensalmente e ajustadas nas circunstâncias julgadas necessárias, em função de prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais, identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.21. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas são preponderantemente oriundas representa a arrecadação compulsória direta e indireta. As contribuições diretas são apropriadas pelo regime de caixa e a indiretas são apropriadas pelo regime de competência, estes recursos são arrecadados de forma compulsória, serão creditadas às administrações regionais na proporção de 85% (oitenta e cinco por cento) sobre os montantes arrecadados nas bases territoriais respectivas, cabendo os restantes 15% (quinze por cento) à administração nacional. Com base em dispositivo legal Decreto 494/62, a receita compulsória do SESI possui duas categorias:

- Direta: recolhida diretamente pelas indústrias aos cofres do SESI.
- Indireta: recolhida através da GPS da Previdência Social.

As transferências correntes formam os demais recebimentos recebidos como receitas de convênios firmados com outras Entidades do Sistema Indústria e parceiros de direito público, privado ou organismos internacionais, para o desenvolvimento de projetos voltados à consecução dos objetivos institucionais da Entidade.

Em atendimento as Normas voltadas a Contabilidade Pública as receitas são classificadas como “sem contraprestação” e “com contraprestação”.

Do total das receitas do SESI 64% representam receitas sem contraprestação e enquadram-se na classificação da NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação.

As receitas com contraprestação de serviços são oriundas de instrumentos contratuais firmados junto aos clientes do SESI e são reconhecidas a medida em que os serviços são prestados, que se enquadram na classificação da NBC TSP 02 – Receita com Contraprestação.

As despesas operacionais consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis, Despesas de Capital e Variações Patrimoniais/Financeiras, dependentes ou não da execução orçamentária. As despesas correntes consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como aplicação direta e como transferências correntes. As despesas de capital consolidam os gastos incorridos e as provisões, classificáveis como aplicação direta, investimentos e inversões financeiras, e como de transferências de capital.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa é representada por caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata, ou seja, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. Em 31/12/2023, a entidade apresenta os seguintes valores:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	12.873,78	23.214,34
Unidades Operacionais	12.873,78	23.214,34
Bancos Conta Movimento	103.412,43	338.944,64
Banco do Brasil	84.879,74	311.959,50
Caixa Econômica Federal	18.532,69	26.985,14
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	48.630.658,89	27.809.480,01
Caixa Econômica Federal	44.932.387,42	23.149.780,06
Banco do Brasil	3.698.271,47	4.659.699,95
Total	48.746.945,10	28.171.638,99

NOTA 5. CLIENTES

Representa os valores a receber de clientes no curto prazo deduzido da provisão para perdas de recebimentos (PDD). Em 31 de dezembro de 2023, a entidade apresenta os seguintes valores:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Clientes Diversos	8.365.678,81	4.622.765,79
Clientes SGE	5.535.004,56	4.714.126,59
Cartão Userede	1.389.610,34	1.455.144,98
Clientes em Negociação - Educação	411.176,04	419.426,17
Cartão Cielo	231.389,67	53.017,96
Subtotal	15.932.859,42	11.264.481,49
(-) Provisão p/ Perda de Recebimento	(4.850.300,55)	(4.256.579,26)
Total	11.082.558,87	7.007.902,23

A perda estimada de recebimentos (PDD) é constituída de acordo com o normativo interno da entidade, o qual determina a constituição da provisão para perda na base de 100% (cem por cento), para os títulos vencidos a mais de 90 dias. Para os títulos com vencimento inferior a 90 dias, a provisão, quando necessária, é constituída com base em dados históricos de cada cliente, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

Destacamos que mensalmente o setor financeiro realiza a baixa do saldo de clientes dos títulos vencidos a mais de 05 anos, bem como da Provisão p/ Perdas de Recebimento, reconhecendo assim como títulos não recebíveis.

NOTA 6. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

O grupo de Adiantamentos a Empregados representa os valores adiantados a empregados que serão descontados em folha de pagamento, como também os valores adiantados a fornecedores e empregados para fornecimento de materiais e serviços específicos. Em 31/12/2023, a entidade apresenta os seguintes valores:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamentos de Férias	504.114,09	493.673,11
Outros Adiantamentos de Empregados	96.110,50	109.244,03
Adiantamentos para Despesas Médicas	11.528,74	13.447,03
Adiantamentos de Salários	-	47,62
Total	611.753,33	616.411,79

NOTA 7. DEPARTAMENTO CONTA MOVIMENTO

As contas deste subgrupo referem-se a créditos de projetos desenvolvidos pelo SESI-DR/AL e de avisos de lançamentos de despesas, autorizadas e suportadas pelo Departamento Nacional, como também obrigações a pagar pelo SESI-DR/AL, referente a recursos pagos por outros Departamentos Regionais para posterior prestação de contas. Em 31/12/2023, a entidade apresenta os seguintes valores:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
SESI-DN	9.572.028,69	1.460.122,44
SESI-DN - Fomento EBEP	332.280,00	259.800,00
SESI-DN - Aviso de Lançamentos	96.521,55	49.960,10
SESI-DN - Fomento EJA	743,42	-
SESI-DN - Fomento SST	-	209.805,02
SESI-DN - Fomento Vacinação	-	9.440,00
Total	10.001.573,66	1.989.127,56

NOTA 8. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Este grupo refere-se a depósitos e bloqueios para recursos judiciais relativos a processos trabalhistas e cíveis realizados para garantir a execução dessas ações ou para suspender a exigibilidade de crédito, movidos contra o SESI-DR/AL, registrados por seus valores originais.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depósitos p/ Recursos Judiciais Trabalhistas	442.352,29	384.688,68
Depósitos p/ Recursos Judiciais Cíveis	53.106,75	53.106,75
Ministério da Previdência Proc. 1070711 -95.2021.4.01.3400 (a)	11.820.133,43	11.820.133,43
Sec. de Estado da Educ. Proc. 0706854-66.2022.8.02.0001	-	28.368.497,00
Total	12.315.592,47	40.626.425,86

a) O SESI-DR/AL abriu ação anulatória N° 1070711-95.2021.4.01.3400 junto à Receita Federal sobre imunidade e isenção tributária acerca da compensação de valor de indébito tributário com relação às verbas indenizatórias que estão indevidamente obstando a emissão de certidão de regularidade fiscal da entidade.

Diante da urgência na suspensão destes débitos ante os prejuízos sofridos, o SESI-DR/AL realizou depósito judicial integral dos valores indevidamente cobrados pela Receita Federal, corrigidos monetariamente, somando o montante de R\$ 11.820.133,43, aguardando apenas a decisão judicial deferindo o pedido de suspensão da cobrança.

NOTA 9. IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado é mensurado com base no valor de aquisição e deduzido de suas respectivas depreciações/amortizações acumuladas.

As depreciações acumuladas do período estão substanciadas com base no Ato Resolutório Nº 20/2004, de 23/11/2004, do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria – SESI/DN, e calculadas com base no método das quotas constantes, ou linear, para registro contábil da depreciação das classes de ativo imobilizado, seguindo o regime de competência.

Segue abaixo, a tabela com as taxas de depreciação e a vida útil econômica por classe de ativos:

<u>CLASSE DE BENS DO ATIVO</u>	<u>TAXA DE DEPRECIÇÃO</u>	<u>VIDA ÚTIL</u>
Terrenos	-	-
Prédios	2%	50 anos
Mobiliário em Geral	10%	10 anos
Biblioteca	10%	10 anos
Instrumentos Musicais	10%	10 anos
Veículos	20%	05 anos
Máquinas e Equip. em Geral	10%	10 anos
Equip. Médico, Cirúrgico E Odontológico	10%	10 anos
Equip. Informática	20%	05 anos
Equip. Esportivo e Artístico	10%	10 anos
Equip. de Comunicação	10%	10 anos
Outros Bens Móveis	10%	10 anos

Em 31/12/2023 o imobilizado e suas depreciações acumuladas, bem como as aquisições e baixas no exercício apresentaram-se assim:

<u>Imobilizado</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas/Transferências</u>	<u>31/12/2022</u>
Bens Imóveis	24.640.665,95	5.280.000,00	(2.640.000,00)	22.000.665,95
Prédios (a)	16.396.139,21	3.384.954,00	(1.692.477,00)	14.703.662,21
Terrenos (a)	8.169.493,27	1.895.046,00	(947.523,00)	7.221.970,27
Instalações	75.033,47	-	-	75.033,47
Bens Móveis	41.668.525,09	12.546.896,69	(2.525.408,60)	31.647.037,00
Equipamento de Informática	14.501.559,71	6.139.506,46	(852.174,45)	9.214.227,70
Máquinas e Equipamentos em Geral	9.506.401,37	3.399.625,94	(301.328,26)	6.408.103,69
Mobiliário em Geral	7.596.718,60	1.761.760,34	(389.092,80)	6.224.051,06
Veículos	6.440.893,16	662.600,00	(821.159,53)	6.599.452,69
Equip. Médicos, Cirúrgico e Odontológico	2.673.655,53	362.626,84	(133.066,95)	2.444.095,64
Equipamento de Comunicação	383.573,85	124.176,11	(12.951,60)	272.349,34
Outros Bens Móveis	265.188,01	22.827,00	(6.204,21)	248.565,22
Equip. Esportivo. Ártic, Recreação	181.949,39	73.774,00	(3.331,80)	111.507,19
Instrumentos e Musicais	98.097,08	-	(6.099,00)	104.196,08
Biblioteca	19.415,39	-	-	19.415,39
Discoteca, Fono, Filmot, Finacot.	1.073,00	-	-	1.073,00
Bens Imóveis em Andamento	28.657.089,33	11.728.883,36	(4.119.527,35)	21.047.733,32
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros (b)	26.445.129,33	9.449.546,36	(4.052.150,35)	21.047.733,32
Construções em Andamento (c)	2.211.960,00	2.279.337,00	(67.377,00)	-
Subtotal	94.966.280,37	29.555.780,05	(9.284.935,95)	74.695.436,27
(-) Depreciação Acumulada	(29.650.163,82)	(4.109.553,56)	2.068.366,94	(27.608.977,20)
Total	65.316.116,55	25.446.226,49	(7.216.569,01)	47.086.459,07

a) Foram adquiridos dois imóveis residenciais, totalizando R\$ 2.640.000,00, localizados na Rua General Hermes, adjacentes ao imóvel do SESI onde está situada a Escola Abelardo Lopes. Essas aquisições visam à construção da Escola de Referência - Cambona.

b) A incorporação de Benfeitorias em Imóveis de Terceiros corresponde à construção de bens imóveis em terrenos que não são de posse da entidade. Dentre as benfeitorias,

estão a construção do prédio da Indústria do Conhecimento localizada no município de Craíbas, bem como a execução do projeto de construção do prédio da Escola de Referência localizado no bairro do Benedito Bentes onde está sendo utilizado o terreno do SENAI/DR-AL para construção do mesmo.

c) A incorporação de Construções em Andamento corresponde à construção de bens imóveis. Está em execução o projeto de construção do prédio da Escola de Referência localizado no bairro Cambona.

NOTA 10. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO

O Ativo/Passivo compensado compreende as contas com função essencial de controle, relacionadas a situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, inclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados a execução orçamentária e financeira. O saldo atual corresponde ao limite de cobertura dos seguros vigentes dos imóveis do SESI/DR-AL.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Escola de Referência	31.860.000,00	-
Imóvel Escola Vila Olímpica	15.980.000,00	-
Imóvel Escola Cambona	15.935.000,00	10.000.000,00
Imóvel Arapiraca	10.000.000,00	7.100.000,00
Total	73.775.000,00	17.100.000,00

NOTA 11. FORNECEDORES

O saldo dessa conta é representado pelas obrigações junto aos fornecedores e que irão vencer a curto prazo (circulante). Em 31/12/2023, a entidade apresenta os seguintes valores:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ethica Servicos de Engenharia e Construcao Ltda	1.295.812,64	-
Servico Nacional de Aprendizagem Industrial SENAI	599.463,67	56.623,53
Jomed Januario Atacadista Eireli	488.240,53	3.958,49
Duck Comunicação Integrada Ltda	487.681,12	4.451,87
Federação das Industrias do Estado de Alagoas	216.486,81	165.075,55
Instituto Euvaldo Lodi Nucleo Regional de Alagoas	211.896,94	110.916,34
Mesha Tecnologia e Sistemas Ltda	168.997,05	9.393,13
Flexform Industria e Comercio de Moveis Ltda	125.172,48	-
Tal Propaganda	117.161,17	54.677,30
Acecortex Consultoria em Inovacao S.A.	114.916,99	-
Assefi	99.479,35	75.189,42
Fornecedores Diversos	1.477.350,76	2.625.833,82
Total	5.402.659,51	3.106.119,45

NOTA 12. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

O saldo apresentado na conta de Salários a Pagar corresponde ao pagamento a ser efetuado no início do exercício seguinte, conforme critérios definidos no Manual do Programa de Participação dos Resultados. Em 31/12/2023, a entidade apresenta os seguintes valores:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários a Pagar	1.868.622,98	1.509.702,98
INSS a Recolher - Empregados	151.962,24	144.323,18
INSS a Recolher - PF	5.624,94	9.603,09
INSS a Recolher - PJ	150.606,57	155.766,57
FGTS a Recolher	246.540,67	203.535,28
Total	2.423.357,40	2.022.931,10

Com a finalidade de maximizar a utilização das competências individuais e coletivas existentes, e do desenvolvimento de novas competências necessárias aos negócios, foi implantado, por meio da Resolução Nº 15/2019, o Programa de Participação dos Resultados (PPR).

Conforme a lei Nº 10.101/2000, que objetiva a implementação da prática de Participação nos lucros e/ou resultados, o pagamento da Participação de Resultados não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, igualmente, não se aplica o princípio da habitualidade, não incorporando ao salário para nenhum efeito legal. Sendo o Imposto de Renda Retido na Fonte o único desconto incidente sobre o PPR.

NOTA 13. PROVISÕES

As contas descritas abaixo correspondem à provisão de férias acrescida de 1/3 constitucional e provisão de 13º salários, seguidos de seus respectivos encargos, lançados pelo regime de competência, provisionados proporcionalmente ao período aquisitivo e atendendo a padronização contábil do Sistema Indústria. Em 31/12/2023, a entidade apresenta os seguintes valores:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão de Férias	2.755.361,72	2.538.403,24
Provisão FGTS s/ Férias	219.980,10	202.664,01
Total	2.975.341,82	2.741.067,25

NOTA 14. CONTAS CORRENTES PASSIVAS

As contas deste subgrupo correspondem ao recolhimento de contribuições, conforme termos de recolhimento direto realizado na Tesouraria do SESI-DR/AL, para encontro de contas junto ao SESI-DN, como também a recursos recebidos e não identificados às ordens a receber. Em 31/12/2023, a entidade apresenta os seguintes valores:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Recolhimento Direto	1.100.272,24	916.889,17
Recursos a Classificar	9.501,40	280,00
Total	1.109.773,64	917.169,17

NOTA 15. DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO

Trata de recursos de projetos e serviços futuros, que serão apropriados à medida que forem ocorrendo suas realizações, conforme procedimentos de registro, em consonância com o regime de competência. Além disto, a rubrica "Recursos de Serviços a Realizar - Educação" destina-se às mensalidades pagas por adiantamento que ainda terão a prestação de serviços realizadas através dos cursos ofertados. Em 31/12/2023, a entidade apresenta os seguintes valores:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Recursos de Serviço Futuro- Projetos	4.742.716,80	8.934.775,98
Recursos Serviços a Realizar - Educação	1.157.563,42	1.448.785,82
Fomento SST	105.331,85	-
Recursos de Serviços Futuro - Serviços	8.841,78	17.911,03
SPS - Recursos Fomento	-	122.403,00
EJA - Recursos Fomento	-	2.885,56
Recursos Serv. Futuros- Propostas	-	38.108,37
Total	6.014.453,85	10.564.869,76

NOTA 16. PROVISÕES JUDICIAIS

O SESI-DR/AL realiza tempestivamente uma avaliação de seus riscos contingenciais, com base em experiência passada e na assessoria jurídica. A avaliação destes riscos objetiva classificá-los da melhor forma segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade, dentre as seguintes alternativas de classificação: prováveis, possíveis ou remotas.

As contingências cujos riscos de perda são classificados como prováveis são 100% provisionados. Para suportar prováveis perdas relativas a processos trabalhistas movidos por ex-empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços.

Para as contingências avaliadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. O SESI-DR/AL é ré em ações judiciais trabalhistas e cíveis, classificadas com risco de perda possível, portanto, não provisionadas. Em 31/12/2023 a entidade apresenta os seguintes valores:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Tributárias (a)	13.402.343,08	12.504.823,30
Trabalhistas	635.111,78	567.891,70
Cíveis	96.384,00	95.810,92
Total	14.133.838,86	13.168.525,92

a) Contingência tributária refere-se à compensação realizada a título de INSS, nos exercícios de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, decorrente do Processo Judicial nº 2010.4.05.8000 movido pelo SESI-DR/AL e que trata de pleito de compensação do referido tributo que fora pago sobre verbas que a Entidade e a assessoria jurídica contratada entendem como não incidentes para fins de recolhimento de INSS, tendo para isso firmado contrato com empresa de assessoria jurídica especializada.

NOTA 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A evolução do Patrimônio Líquido, composto pelo saldo inicial acrescido do superávit ou diminuído do déficit, desta entidade está evidenciada no quadro abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Patrimônio Social Acumulado	92.748.012,22	61.559.855,18
Superávit do Exercício	23.109.376,79	31.188.157,04
Total	115.857.389,01	92.748.012,22

NOTA 18. EXECUÇÃO DOS RESULTADOS

a) A execução analítica das receitas referente 31/12/2023, abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>%</u>
Transferências Correntes	47.307.734,60	40,08%	29.576.167,16	27,03%
Serviços	37.433.791,55	31,71%	28.914.530,23	26,42%
Contribuições	21.845.839,96	18,51%	16.831.966,77	15,38%
Receitas Financeiras	8.347.172,07	7,07%	3.597.913,66	3,29%
Receitas de Capital	2.321.967,83	1,97%	1.482.647,10	1,35%
Outras Receitas Correntes	783.151,50	0,66%	29.035.393,80	26,53%
Total de Receitas	118.039.657,51	100,00%	109.438.618,72	100,00%

b) A execução analítica das despesas referente ao orçamento de 31/12/2023, abaixo:

	31/12/2023	%	31/12/2022	%
Pessoal e Encargos Sociais	(43.883.406,80)	38,78%	(36.522.744,38)	40,46%
Despesas de Capital	(25.389.677,21)	22,44%	(24.197.125,29)	26,80%
Serviços de Terceiros	(24.190.117,53)	21,38%	(15.402.607,10)	17,06%
Materiais	(4.478.046,86)	3,96%	(3.631.012,60)	4,02%
Transferências Correntes	(4.114.623,52)	3,64%	(3.078.268,22)	3,41%
Despesas Financeiras	(3.459.180,58)	3,06%	(2.347.046,82)	2,60%
Ocupação e Utilidades	(2.872.003,49)	2,54%	(3.085.244,82)	3,42%
Transporte e Viagens	(2.753.228,15)	2,43%	(1.022.636,77)	1,13%
Despesas Diversas	(1.394.714,48)	1,23%	(533.107,67)	0,59%
Impostos, Taxas e Contribuições	(486.550,16)	0,43%	(356.583,06)	0,39%
Material de Distribuição Gratuita	(145.096,97)	0,13%	(103.152,09)	0,11%
Total de Despesas	(113.166.645,75)	100,00%	(90.279.528,82)	100,00%

NOTA 19. APURAÇÃO DO RESULTADO

O superávit apurado foi o seguinte:

Variações Patrimoniais/Financeiras	31/12/2023	31/12/2022
Variação Patrimonial Ativa	25.730.748,08	27.077.925,84
Variação Financeira Ativa	7.142.605,22	7.809.402,92
Variação Patrimonial Passiva	(7.501.090,60)	(14.252.584,65)
Variação Financeira Passiva	(7.135.897,67)	(8.605.676,97)
Superávit Patrimonial (b)	18.236.365,03	12.029.067,14
Superávit do Exercício (a+b)	23.109.376,79	31.188.157,04

NOTA 20. COBERTURA DOS SEGUROS

Os principais bens da entidade estão segurados por valores que a administração considera suficientes para a cobertura de eventuais riscos.

NOTA 21. GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos é estruturado com base em política, aprovada pela Diretoria e Conselho Regional, além de normas e procedimentos em consonância com as exigências legais e regulamentares, em linha com as melhores práticas de mercado.

Em primeiro nível, cada uma das unidades organizacionais, e seus respectivos gestores, são responsáveis por identificar e monitorar os riscos inerentes à sua área de atuação, bem como implementar as ações de controle destinadas a mitigar esses riscos.

Em segundo nível, a entidade conta, em sua estrutura organizacional, com uma unidade de compliance especialmente dedicada à gestão de riscos, controles internos e conformidade, segregada das unidades de negócio ou de suporte; com funções independentes essa unidade é a responsável por coordenar identificar, avaliar, tratar e o monitorar os riscos corporativos.

NOTA 22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não ocorreram eventos subsequentes relevantes, que possam impactar de modo significativo as demonstrações contábeis e que requeiram ajustes ou divulgação.

Maceió – AL, 15 de fevereiro de 2024.

José Carlos Lyra de Andrade
Diretor Regional
SESI-AL

Ana Rosa Torres
CRC/AL 007134/0-8
Contadora SESI – AL